

## O IMPÉRIO OTOMANO E A GRANDE GUERRA

Monique Sochaczewski<sup>1</sup>

No Brasil é ainda comum se chamar de “Império Turco-Otomano” aquele que foi um dos mais vastos e longevos impérios da história. O termo que se popularizou para denominar o império derivou do nome do fundador da dinastia, Osman Bey. *Osmanlıçý* (lê-se *osmanlãdjã*) em turco, e otomano em sua corruptela em português. Apesar da liderança de turcos étnicos muçulmanos sunitas, este império se configurou por boa parte da sua história, porém, como multiétnico, multilinguístico, multicultural e multirreligioso, não fazendo sentido manter o “turco”, e o hífen, ainda não raro usados por brasileiros, pelo menos até 1908. E, de fato, a literatura especializada em turco, e em línguas ocidentais, só usa mesmo o termo Império Otomano. O único momento em que talvez seja correto se falar em turco-otomano, é quando se faz menção ao idioma oficial de então, um turco-otomano de fato, com escrita em caracteres em árabe e eivado de termos em persa, muito diferente do turco moderno, que usa letras latinas.

Este vasto império perdurou por seis séculos, em três continentes e, como diz o historiador britânico radicado na Turquia, Norman Stone, “é um espectro que assombra o mundo moderno”. Não há como se pensar nos Bálcãs, e em seus conflitos não muito distantes no tempo, sem levar em conta marcas étnicas e religiosas oriundas do longo período de governo otomano e seu retraimento. E o fim do califado em 1924, após o colapso final do Império Otomano, ainda impõe sérias questões sobre a gestão da *umma*, a “comunidade dos fieis muçulmanos”, além do uso do próprio título de califa, questão reavivada recentemente com o advento do Estado Islâmico no Iraque e na Síria.

---

<sup>1</sup> Doutora em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC/FGV. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), no Rio de Janeiro. E-mail: moniquesgoldfeld@gmail.com

Trata-se de um império de contradições que vale conhecer melhor. Há uma historiografia vibrante a seu respeito, feita, sobretudo em universidades e centros de pesquisa da Turquia, Europa e Estados Unidos, crescente desde os anos 1960, quando passou a se abrir largamente a documentação a seu respeito. Nos últimos anos, inclusive, há também uma verdadeira “otomania” na Turquia, com forte consumo de produtos culturais ligados a esse passado, como o seriado “Muhtem Yüzyıl”, “Século Magnífico” em português, que paralisou o país nas quartas de noite retratando uma versão da história otomana do século XVI, e a megaprodução cinematográfica “Conquest 1453”, sobre a tomada de Constantinopla de mãos bizantinas (Sochaczewski, 2013).

Não é raro se dividir a história otomana em “ascensão” e “queda”. A primeira fase teria durado de 1299 a 1683, indo do surgimento do emirado otomano na Anatólia, sua transformação em um império mundial com a tomada de Constantinopla em 1453, até a segunda tentativa fracassada de se tomar Viena, em setembro de 1683. Seu zênite se deu no sultanato de “Suleiman, o magnífico”, entre 1520 e 1566. Já o “declínio e queda”, iria até 1922, quando o Império Otomano foi oficialmente extinto. Vale ressaltar que a pretensa fase de “decadência” é maior do que o período áureo do Império Britânico, por exemplo, sendo certamente mais válido pensar neste império em termos de sua grande capacidade de gerir diversas formas de dominação e de se reinventar várias vezes ao longo de sua existência. Essa própria divisão temporal é bastante discutida no âmbito da historiografia otomana, por questões didáticas e de espaço, porém, optou-se por mantê-la aqui.

O interesse nesse texto é tratar da fase final otomana, com foco especial na participação deste império na Primeira Guerra Mundial. Ressalta-se aqui a importância de se inserir este conflito no âmbito de vários outros que assolavam o Império Otomano em sua fase derradeira, e também de se chamar atenção para o fato de que muitas das questões correntes do Oriente Médio têm lá suas raízes.

### **A fase final otomana**

Como dito anteriormente, até o século XVIII, pode-se entender a história otomana como um período de ascensão. Tratava-se de uma potência militar que mantinha uma vasta contiguidade territorial, ameaçando mesmo o coração da Europa com as duas tentativas de tomar a cidade de Viena, em 1529 e em 1683.

Ao longo do século XVII a Europa passava a evoluir em termos técnicos deixando os otomanos para trás, os russos passavam a se expandir às expensas de suas terras e mesmo a se imiscuir em questões domésticas, configurando-se uma fase de declínio lento, que também contou com enfraquecimento das instituições internas e com poucos sultões poderosos e carismáticos de fato.

Uma mudança digna de nota que reforça a ideia de perda de poder do Império Otomano é que ao longo do século XVII este se viu forçado a assinar e acatar tratados públicos e internacionais. O primeiro deles foi o de Sitvatorok, assinado com os Habsburgos, em novembro de 1606. Como ressalta o historiador Bernard Lewis (1968: 36), foi a primeira vez que a trégua não era ditada de Constantinopla para o "rei de Viena", mas um tratado era negociado na fronteira e acordado com o "Imperador de Roma". Já o tratado de Carlowitz, de 1699, marcou o fim de fato de uma época otomana, já que foi a primeira vez que o Império Otomano assinou como perdedor e teve que ceder territórios.

No século XVIII seguiram-se vários casos de perda de territórios para inimigos, como russos e austríacos, sintomas claros de perda de poder. E mais tratados com cessões de territórios foram assinados como o de Passarovitz, de 1718, e de Küçük Kaynarca, em 1774. Por este último, assinado com os russos, pela primeira vez territórios habitados por muçulmanos na Crimeia eram cedidos e a czarina russa passava a ter o direito de intervir como protetora virtual dos cristãos ortodoxos do Império Otomano.

Os fracassos frente aos austríacos, russos e franceses suscitaram discussões internas entre a elite otomana sobre necessidade de uma lida diferente com a diplomacia e a questão militar tradicionais, sendo necessárias reformas para sobrevivência do império. Até então a diplomacia otomana era *ad hoc*, enviando missões diplomáticas para a Europa em ocasiões específicas como o casamento de um monarca ou negociação de algum tratado (Arý, 2003: 37). As primeiras missões diplomáticas também serviram para que se estudasse práticas e instituições europeias, sobretudo no que dizia respeito à educação, a fim de verificar o que poderia ser aplicado ao Império Otomano. Algumas maneiras e estilos franceses (em jardins, decoração e móveis) tiveram impacto em alguns palácios otomanos. Essas trocas tímidas ainda produziram também um impacto na Europa na forma da "turquerie", um estilo que imitava aspectos da arte e da cultura otomanas. Eram no geral, porém, pontuais.

Os corpos de janízaros – composto por jovens nascido cristãos, mas convertidos ao Islã e treinados como soldados -, que tiveram papel importante na época áurea otomana, agora passavam a não ser eficientes nos campos de batalha, ao mesmo tempo que se mostravam poderosos demais politicamente. Nesta fase ainda aconteceu a invasão de Napoleão às províncias otomanas do Egito e da Grande Síria, em 1798. Foi em parte em função desse baque que o sultão Selim III (r.1789-1808) começou um importante esforço de renovação do Império, sobretudo visando uma nova lida no que diz respeito à diplomacia, enviando pela primeira vez embaixadas residentes para capitais europeias, como também à questão militar, buscando esvaziar o poder dos janízaros e reformular a carreira militar como um todo.

O sultão Mahmud II (r. 1808-1839) foi quem na realidade começou a colocar em prática algumas das reformas pensadas por Selim III, criando uma nova instituição para cada uma das antigas que destruíra. Foi ele quem conseguiu dar literalmente fim aos janízaros, em 1826, extinguindo o corpo militar e exterminando boa parte de seus integrantes. A *Nizam-i Cedid* (lê-se *nizamidjedid*), uma “Nova Ordem” militar, foi criada. No importante campo da educação escolas navais e militares foram criadas, além de escolas de medicina e música e se passou a enviar estudantes otomanos para a Europa. As embaixadas, que existiram de forma intermitente no final do século XVIII foram retomadas de forma contínua a partir de 1834 e nessa mesma época foram criados ministérios nos moldes europeus, como o Ministério das Relações Exteriores.

Algumas mudanças nas vestimentas e hábitos também se estabeleceram na década de 1820, sobretudo a introdução do  *fez* (chapéu vermelho de feltro na forma de um pequeno cilindro ou cone achatado) no lugar dos turbantes usados até então. Cadeiras e mesas passaram a ser cada vez mais usadas no lugar dos tradicionais divãs também. Trataram-se de mudanças importantes quando se olha de longe, no tempo e no espaço, mas a lei sagrada do Islã ainda resistia, de fato regendo as questões sociais e familiares dos muçulmanos otomanos, seja em termos de casamento, divórcio, propriedade, herança e mesmo papel e espaço das mulheres e escravos (Lewis, 1968: 102-3)

As reformas no governo e na administração foram muito importantes numa tentativa de reorganização do Império visando sua sobrevivência, e mesmo força, frente uma Europa crescentemente poderosa e interessada em suas questões. A Grécia tinha se tornado independente do Império Otomano depois da guerra de 1821 a 1830, que contara com apoio externo, e a Argélia fora ocupada pelos franceses em 1830. As reformas não foram fáceis, nem se deram sem grande resistência local, já que implicavam na quebra de antigas tradições, direitos estabelecidos e privilégios, buscando reforçar a centralização nas figuras dos ministérios. (Lewis, 1968: 99).

O período de 1839 a 1876 é conhecido na história otomana justamente como *Tanzimat* ("Reorganizações") e nele se colheram alguns dos frutos das sementes plantadas por Selim III e Mahmud II. Pela primeira vez na história otomana a burocracia, na figura de três paxás- Mustafá Rechid, Fuad e Aali - esvaziou o poder dos palácios dos sultões e governou de fato. Oficialmente os sultões Abdul Medjid (r. 1839-1861) e Abdul Aziz (r. 1861-1876) governavam, mas era a Sublime Porta que esforçava-se em centralizar o império que por tanto tempo teve variadas formas de governo - das mais diretas as mais indiretas possíveis (Rogan, 2013).

A guerra da Crimeia (1853-1856), em que pela primeira vez o Império Otomano uniu-se a potências europeias (França e Inglaterra, além da Sardenha) para enfrentar os russos, deixou importantes dividendos políticos, com os otomanos convidados pela primeira vez a negociar e assinar um tratado ao lado destas potências, na forma do Tratado de Paris, de 1856. Em função desta guerra, importantes modernizações técnicas e tecnológicas também chegaram ao Império Otomano como a introdução do telégrafo em 1855, a melhora e construção de novas estradas, e um pouco depois, a construção da primeira estrada de ferro, em 1866.

Foi no período do *Tanzimat* que pela primeira vez os sultões saíram de vez do palácio Topkapý, tendo Abdul Medjid construído o palácio Dolmabahçe às bordas do Bósforo. Já seu sucessor, Abdul Aziz, foi o primeiro sultão a sair do território otomano sem ser por motivos de guerra: ele esteve na Europa em 1867, participando da exposição universal de 1867 e visitando a rainha Vitória em Londres.

Esta fase testemunhou ainda esforços de jovens otomanos que viveram na Europa de tentar salvar o império em sua configuração plural e imperial. Ficaram conhecidos como os “Jovens Otomanos” e congregavam muçulmanos, cristãos e judeus, de origens variadas. Muitos testemunharam e mesmo participaram de grandes revoltas e inquietações na Europa, como a primavera dos povos, de 1848. O período terminou mal, porém, com a morte dos paxás no começo da década de 1870, crise na sucessão, calote de dívida externa (1876) e nova guerra com os russos no horizonte (1877-8).

O sultão Abdul Hamid II justamente assumiu o poder em 1876 e, se por um lado contou com período constitucional, logo acabou por trazer de volta o poder para si, de forma bastante autocrática e desconfiada, e se manteve em tal posto de fato até 1908, mas oficialmente até o ano seguinte. O sultão não descuidou totalmente de mudanças e reformas que vinham sendo feitas ao longo do século, focando na justiça e na educação. Tentava aliviar as críticas ocidentais à justiça otomana com reformas judiciais e legais, buscando limitar privilégios dos europeus, sobretudo na forma das “capitulações”. O sucesso não foi total, porém.

Abdul Hamid II continuou a expansão da construção das estradas de ferro, datando de então a inauguração do “Expresso do Oriente” e a estrada de ferro do Hijaz, a primeira ligando diretamente até a Europa e a segunda às cidades sagradas do Islã. Fez largo uso ainda da rede de telégrafos, usando-a para governar diretamente e buscou divulgar as modernizações de seu governo na Europa na forma da doação de milhares de fotografias para a *British Library* e *Library of Congress*. A imprensa, iniciada em meados do século ganhou força e capilaridade (consolidava-se o hábito de leitura de jornais), mas era censurada de perto.

As reformas do *Tanzimat* e mesmo da gestão de Abdul Hamid II produziram um grupo de funcionários públicos e estudantes insatisfeitos com o sultão e ávida por mais reformas. Em 1889 foi criada a primeira oposição organizada com estudantes de medicina em uma sociedade que se ampliou ao receber apoio de estudantes de escolas superiores de Constantinopla. Passaram a se autodenominar *Ittihad ve Terrakki* (União e Progresso) e tentaram um golpe em 1896, sem sucesso. Aos poucos se converteram no grupo conhecido como Jovens Turcos, com primeiro congresso em 1902, em Paris, expandindo-se e ramificando-se nos anos seguintes.

Em 1906 finalmente surgiram células revolucionárias entre oficiais do Exército. Corpo este que estava insatisfeito com o sultão seja por conta da falta de equipamentos e pagamentos, ou por perceberem a ineficiência militar do império frente perigos que se avizinhavam. Demandavam, sobretudo, liberdade, pátria e constituição.

Um motim se iniciou na Macedônia em 1908, demandando do sultão a restauração da constituição, que tivera vida tão curta em 1876. O sultão cedeu a pressões e ameaças e proclamou constituição, ganhando uma sobrevida até 1909 quando foi de fato deposto e o Comitê União e Progresso (CUP) passou de fato a governar o Império Otomano.

### **O período dos Jovens Turcos**

O período de governo dos Jovens Turcos (1908-1918) oficialmente manteve a instituição do sultanato, mas o poder passou de verdade para as mãos do CUP. Esta fase não é homogênea havendo também uma reação religiosa e liberal. De uma maneira geral, porém, tratou-se de um movimento nacionalista de turcos muçulmanos, formada basicamente por militares e funcionários públicos, cujo primeiro objetivo era remover um governante tido como incompetente e colocar em seu lugar um governo mais capaz de manter e defender o Império Otomano contra os inúmeros perigos internos e externos que o ameaçavam. A questão principal era a sobrevivência daquele Estado "que suas famílias serviram por gerações e tanto suas ações como discussões giravam em torno da questão: como aquele estado poderia ser salvo?" (Lewis, 1968: 212). O desejo comum era por modernização e, com esta, reverter o longo declínio do império (Hart, 2013: 3).

Inicialmente houve tentativas de democratização e ampliação de direitos, com a restauração da Constituição em 1908. Com esta todos os súditos otomanos, independente de religião, teriam direitos iguais; a justiça se tornava livre de interferência externa; acabava-se com a censura prévia e de correspondência; bem como se estabelecia a liberdade de ensino, entre outros avanços contra a autocracia anterior. Houve de fato tentativas de democracia e abertura, mas a crença inicial era que com a Constituição todos os problemas seriam resolvidos não se comprovou na prática (Shaw& Shaw, 1977: 273).

Quando de sua fase inicial, o poder do CUP se dava através do chamado "Comitê dos Sete", atuando de maneira discreta por detrás das cenas "buscando guardar a Constituição, mas deixando a administração propriamente dita para o governo" (Shaw & Shaw, 1977: 275). Justamente quando o Império Otomano parecia seguir um modelo mais ocidental, com perspectivas de democratização, o Império Austro-Húngaro e as vizinhas Grécia e Bulgária se mobilizavam para tomar-lhes território. No final de 1908 os Habsburgos anexaram a Bósnia-Herzegovina, a Bulgária declarou sua independência, e um pouco depois os gregos anexaram Creta. As negociações diplomáticas que se seguiram foram bastante insatisfatórias para os otomanos. Em pouquíssimo tempo o Império Otomano perdia uma fatia considerável de seu território e a euforia inicial com as perspectivas de democracia e cooperação se foi.

O período de 1908 a 1910 funcionou como uma fase de esvaziamento do poder do sultão de fato, tendo Abdul Hamid II sendo deposto pelo parlamento e levado a viver em Salônica. O parlamento esforçava-se ainda para também diminuir os poderes da Sublime Porta. Cresciam, porém, dissensos internos como a revolta albanesa de 1910-1912, em que muitos albaneses que participaram do movimento dos Jovens Turcos passavam a demandar maior autonomia política, pedindo, por exemplo, amplo uso da língua albanesa ou para que albaneses fossem colocados em posições chave na Albânia. Stanford e Ezel Kural Shaw ressaltam que foi justamente esta revolta que convenceu aos turcos de que seria impossível conciliar interesses nacionais e interesses imperiais unificados, crescendo então uma distinção entre islamismo e "turquismo".

A Itália unificou-se tardiamente e passou também a buscar um território na África para dominar. Como ressaltam Stanford e Ezel Kural Shaw (1977: 289-90), "o reino da Itália sonhava com um império que revivesse a glória do antigo Império Romano". O território da Tripolitânia, no norte da África, passou a lhe apetecer, não só por já ter uma certa presença de comerciantes italianos ali estabelecidos, mas também porque o domínio otomano era bastante frouxo, com poucas guarnições de fato defendendo a área, sendo o governo de uma maneira geral limitado e inadequado. Foi justamente em uma situação em que se alegou maus tratos por parte de otomanos a comerciantes italianos da Tripolitânia que uma guerra se iniciou em 29 de setembro de 1911, com a Itália declarando oficialmente a anexação daquele território poucas semanas depois.



Em 4 de setembro de 1912 foi assinado um tratado entre otomanos e italianos em que os primeiros reconheciam a perda daquele território e os italianos se comprometiam a aceitar a autoridade religiosa do sultão sobre os muçulmanos locais, bem como arcar com a dívida externa otomana relativa àquele território. O conflito em torno da Tripolitânia, porém, também ajudou a insuflar descontentamentos nos Bálcãs, já que os estados dali consideraram o momento de atenção otomana focada no Mediterrâneo lhes seria útil para também por em prática uma agenda própria em relação aos territórios locais.

O período de 1912 e 1913 é aquele então da chamada "Guerra dos Bálcãs", na realidade duas guerras. Na primeira fase os "países balcânicos" passavam a demandar de Constantinopla total autonomia e com o não aceite disto, se iniciou uma guerra em que atuavam de forma razoavelmente articulada contra os otomanos. A frota grega tomou ilhas otomanas do Egeu e dificultou o envio de tropas oriundas da Anatólia. Já os búlgaros tomaram Edirne e ameaçaram chegar a Istambul. Milhares de refugiados muçulmanos chegavam a capital otomana e esta presença, unida à humilhação pelas derrotas, a falta de alimentos já que eram os Bálcãs que os forneciam em grande parte, e o não pagamento de salários de funcionários públicos geraram manifestações violentas contra o governo. Uma conferência foi organizada em Londres para tentar resolver estas questões e nesta os Estados balcânicos demandavam cessão total das possessões europeias otomanas e das Ilhas do Egeu.

A diplomacia não se mostrou efetiva e os conflitos se reiniciaram, sendo em que em sua segunda fase, as entidades balcânicas mais do que se unirem contra o inimigo otomano comum, passaram a disputar entre si. A Sérvia passava a demandar territórios dos búlgaros com apoio grego e os búlgaros os atacaram. É neste contexto que Edirne é retomada pelos otomanos. A retomada da segunda capital otomana se mostrou um símbolo importante que elevou um pouco a moral da população, e com ela assegurou o poder do CUP, que demonstrava ser uma liderança forte em um ambiente político crescentemente complexo. No geral, porém, ao final da Guerra dos Bálcãs, o Império Otomano perdeu 83% do seu território europeu e 69% de sua população europeia, assim como importante fonte de impostos e alimentos (Shaw & Shaw, 1977: 297).

É importante se ter em mente, portanto, que a chamada Grande Guerra chegava ao Império Otomano numa espécie de *continuum* de outras guerras que aos poucos lhes minavam as últimas forças. A época dos Jovens Turcos foi sobretudo uma fase trágica de vários conflitos que atingiram fortemente a população otomana, em que as tensões internacionais cresceram largamente, ameaçando destruir todos os esforços de reformas e reconfigurações que, apesar das dificuldades, manteve o império íntegro em séculos anteriores.

### **O Império Otomano na Grande Guerra**

Para boa parte da opinião pública e mesmo na visão de membros do alto escalão do CUP, no caso de uma guerra entre as potências europeias, o Império Otomano deveria ficar de fora, mantendo a neutralidade. Os conflitos anteriores tinham dizimado a população e impactado terrivelmente nas finanças e nas forças armadas e o império não teria condições, portanto, de bancar o envolvimento em mais um conflito de grande porte.

O triunvirato que de fato dominava o CUP – composto pelos paxás Enver, Talaat e Cemal (lê-se Djemal) – pensava diferente da maioria e entendia que valia se aliar aos alemães para se contrapor sobretudo à Rússia. Por um lado, iniciativas discretas de aproximação com a Grã-Bretanha e a França foram rechaçadas pelas mesmas. Por outro, havia a percepção de que a Alemanha não tinha o intuito de abocanhar territórios otomanos no Oriente Médio e tinha interesse próprio em vencer os russos. De forma secreta então, e sem claro consenso, foi assinado um tratado de aliança em 2 de agosto de 1914 entre o Império Otomano e a Alemanha.

A Rússia e a Grã-Bretanha demandavam neutralidade otomana no conflito que se avultava. Já os alemães tinham interesse em seu envolvimento até para criar uma distração da Entente do *front* ocidental. A cúpula do CUP no poder, como já apontado, acabou tendendo aos últimos, deixando a estes a liderança de seu exército, desde que se comprometessem em defender a integridade territorial otomana.

Atitudes otomanas entendidas como “provocações”, como a declaração do fim das capitulações e o acolhimento de dois encouraçados alemães, *Goeben* e *Breslau*, como sendo reparações por duas embarcações de mesmo tipo compradas pelos otomanos dos britânicos com recursos de subscrição popular e não entregues por Winson Churchill, já anteviam uma tensão crescente.

O que levou ao envolvimento oficial otomano na Grande Guerra, porém, foram os ataques a navios e bases russas no Mar Negro por embarcações otomanas em outubro de 1914. Este ato levou a declaração de guerra por parte dos russos em 2 de novembro, e, dias depois declarações do mesmo tipo foram também emitidas pela França e Grã-Bretanha, seguidas imediatamente de anexação do Chipre e declaração oficial de independência do Egito, sob proteção britânica.

Poucos dias depois o sultão - detentor do título de califa desde 1517 e com este supostamente dono de legitimidade e influência sobre todo o mundo islâmico sunita -, declarou a Guerra Santa, *Jihad*, clamando a todos os seguidores do Islã a lutar contra os infiéis. O intuito era atingir sobretudo os súditos muçulmanos da Entente, em especial os da Índia. Essa manobra, porém, surtiu pouquíssimo efeito.

Para Stanford e Ezel Kural Shaw (1977), os interesses específicos de Enver Paxá no envolvimento otomano na guerra eram o de retomar a Macedônia e a Trácia perdidas nas guerras dos Bálcãs, assim como a Anatólia Oriental, Egito e Chipre. Queria ainda a liberação dos povos turcos do Cáucaso e da Ásia Central das "tirantias russa e armênia" e o estabelecimento da influência do sultão/califa sobre todo o mundo muçulmano e particularmente na Índia. E por fim, seu desejo era de que o Império Otomano se libertasse finalmente da dominação econômica e política das potências.

Logo no começo do envolvimento otomano na guerra, Enver Paxá voltou-se para a região mais oriental da Anatólia, próxima ao lago Van e ao Mar Negro. Uma explicação para esta ação era a de tentar evitar que os armênios daquela região demonstrassem lealdade aos russos, que poderia anexar o território. O objetivo era cortar a linha de comunicação russa no Cáucaso. É de certa forma no contexto da "Campanha do Cáucaso" que se insere um dos temas mais sensíveis da participação otomana na Grande Guerra e que ainda suscita acalorados debates e demandas por reconhecimento: o chamado "genocídio armênio".

É importante ressaltar que a chamada "Questão Armênia" já se colocava na pauta das relações do Império Otomano com esta minoria cristã e com as potências europeias desde meados do século XIX. O sultão Abdul Hamid II havia publicado um édito para as províncias armênias em 1895 prometendo reformas, que não se confirmaram na prática em um primeiro momento. Com o advento

dos Jovens Turcos, porém, inicialmente houve uma cooperação dos armênios com o novo regime e até 1912 se verificou atitudes favoráveis por parte do governo otomano com relação a este grupo como a liberdade de imprensa e de educação para este grupo, coleta de impostos menos brutal e presença de autoridades que garantissem a ordem pública na Anatólia Oriental (Davison, 1990: p. 181).

Em 1909 aconteceram conflitos entre armênios e curdos na região da Cilícia em torno de terrenos deixados por armênios assassinados ou fugidos quando de massacres dos anos 1890, mas foram pontuais. Em 1911 e 1912, justamente quando por conta das guerras da Tripolitânia e Bálcãs, as tropas otomanas estacionadas na Anatólia Oriental para garantir a lei e a ordem foram remanejadas para os *fronts* de batalha, deixando de haver proteção formal aos armênios locais. Cresciam então as reclamações por parte dos armênios, demandando proteção frente a depredações, ao mesmo tempo que temiam massacres ou perda de terras. Alguns chegaram a buscar apoio russo, já outros temiam que os russos na realidade quisessem anexar seus territórios. (Davison, 1990: p. 182) Em meio a acalorados debates, a guerra dos Bálcãs se mostravam como um exemplo de luta por liberdade e também uma oportunidade de ação. Sobretudo a partir de 1913 crescia a atuação da diáspora armênia, seja na forma de publicação de periódicos próprios, ou de divulgação de suas demandas em periódicos ocidentais, ou mesmo uma atuação diplomática. A "questão armênia" se colocava novamente em círculos diplomáticos e quando da Grande Guerra já era um tema relevante desde seu início.

Oficialmente o discurso russo sobre os armênios era de proteção a essa minoria vulnerável, mas como ressalta Roderic Davison (1990), "um controle russo sobre a Armênia Turca salvaguardaria a esfera de influência na Pérsia e a Transcaucasia Russa e proveria uma base para a expansão futura seja para o Sul ou Este". No âmbito da guerra então, pesquisadores como Stanford e Ezel Kural Shaw (1977), entendem que a ação otomana de evacuar os armênios da Anatólia Oriental, encaminhando-os para Mossul ou o centro da Síria, se deram por estar em região sensível politicamente sem lealdade clara. Os armênios de fato acabaram sendo deportados e milhares faleceram *in loco* ou no trajeto. O debate que ainda se segue é se essa deportação configura-se na realidade uma política planejada ou um plano claro de genocídio, uma vez que centenas de milhares de pessoas foram mortas neste contexto.

Praticamente concomitante à campanha do Cáucaso e justamente com os aliados atendendo a um pedido dos russos para uma campanha que distraíssem os otomanos, se deu a “Campanha dos Dardanelos” ou “Batalha de Galípoli. O ataque em questão tinha por objetivo ganhar o controle dos estreitos de Dardanelos, que separam a Ásia da Europa e retirar o Império Otomano da guerra (Hart, 2013: vii). Para o então lorde do almirantado britânico, Winston Churchill o intuito era “bombardear e tomar a Península de Galípoli, tendo Constantinopla como objetivo” (Shaw & Shaw, 1979: p.318). Se esta ação fosse de fato bem sucedida, não só se retiraria o Império Otomano da guerra, como também se enfraqueceria a influência alemã no Oriente, facilitaria campanhas britânicas na Mesopotâmia, se salvaguardaria o Egito e manteria aberto o suprimento para a Rússia via estreitos.

Como ressalta Peter Hart (2013), em alentada pesquisa recém-publicada, baseada em grande medida em depoimentos orais de ex-combatentes, a campanha de Galípoli se mostrou fútil. A Grã-Bretanha, bem como a França, que também enviara navios e tropas, acreditavam que se trataria de um “sucesso fácil”, sendo os turcos sem habilidades militares ou determinação. Não previa a resistência ferrenha otomana, liderada pelo general Liman Von Sanders e pelo oficial otomano Mustafá Kemal, posteriormente conhecido como Atatürk. Um sistema de defesa integrado defendia os Estreitos do ataque da Entente, com grandes armamentos nos fortes, que impediram o avanço das embarcações, minas espalhadas pelo mar e também uso de obuses móveis.

As tropas enviadas por britânicos e franceses para Galípoli eram “tropas políglotas” ou de “mistura cosmopolita”, para usar termos de Peter Hart, uma vez que juntavam combatentes oriundos de diversas regiões dos impérios coloniais. Os britânicos, se apoiaram largamente na *Australian and New Zealand Army Corps* (ANZAC) e os franceses em tropas norte-africanas. A campanha se iniciou oficialmente em 9 de fevereiro de 1915 e terminou oito meses depois em enorme desastre. Dos 410.000 britânicos, 115.000 foram mortos, feridos ou desapareceram e 90.000 foram evacuados doentes. E dos 79.000 franceses, 27.000 foram mortos, feridos ou desapareceram e 20.000 foram evacuados doentes (Hart, 2013: 452-3). As perdas turcas, por sua vez, foi de 251.309 homens. Apesar das pesadas perdas otomanas, essa batalha foi considerada uma vitória, pois os objetivos dos aliados não foram atingidos.

Se por boa parte do século XIX o Império Britânico se conteve em relação a seus interesses territoriais no Império Otomano, por entender que mantê-lo em grande parte íntegro mantinha o equilíbrio de poder europeu (a chamada “Questão do Oriente”), em especial com a Rússia, a coisa mudou totalmente de figura com a Grande Guerra. No âmbito do conflito buscou-se garantir o acesso aos poços de petróleo e refinarias na região da Mesopotâmia; e, através de uma diplomacia secreta que envolveu a assinatura de acordos, como o Acordo de Istambul ou o Tratado de Sykes-Picot, garantia para si e outras potências europeias, nacos importantes dos territórios otomanos. De acordo com o Acordo de Istambul, de 18 de março de 1915, por exemplo, Grã-Bretanha e França se comprometeram com a Rússia de que esta controlaria a capital otomana e seus estreitos, assegurando assim o controle de navegação em região muito sensível para o então império dos Romanov. Já pelo Tratado de Sykes-Picot, de 16 de maio de 1916, dividia o Oriente Médio em áreas de influência britânica e francesa.

Foi então que se desenhou de fato o Oriente Médio de boa parte do século XX e se lançou as bases de muitos dos conflitos que ainda persistem. Britânicos fizeram também promessas em paralelo, secretas e concorrentes para judeus, com a Declaração Balfour lhes assegurando um Lar Nacional Judaico na Palestina. Já para os árabes, estimulava a aspiração nacional árabe do sherif Hússein (1855-1931) de Meca.

Como já dito, a declaração da *Jihad* por parte do Império Otomano não surtiu efeito, mas poderia largamente causar distúrbio junto aos súditos muçulmanos da Índia britânica, em especial. A Grã-Bretanha buscava por isso um “contrapeso ao prestígio do sultão-califa otomano” (Cleveland & Bunton, 2009: 157). O sherif Hússein, emir de Meca, parecia cumprir bem esse papel. Sua posição, que ocupava desde 1908, era a mais prestigiosa no mundo árabe-islâmico, sendo guardião das cidades sagradas do Islã e de família descendente do profeta. Hússein tinha uma agenda própria contra o CUP, por motivos religiosos e políticos, e desde cedo buscou construir uma aliança com tribos beduínas que lhe dessem autonomia de Constantinopla, almejando ainda tornar seu cargo hereditário.

Houve uma ampla troca de correspondência entre o emir Hüssein e o alto comissário britânico no Egito, Sir Henry McMahon, entre julho de 1915 e março do ano seguinte, em que se expressa a negociação de uma espécie de acordo entre ambos. Os britânicos se mostravam favoráveis a uma rebelião dos súditos árabes do Império Otomano e tinham interesse na legitimidade e distinção que Hüssein tinha junto aos muçulmanos sunitas. Já para o sherif Hüssein, havia o interesse em obter armamentos e fundos fornecidos pelos britânicos para a luta contra os otomanos, e o estabelecimento de um Estado árabe que envolvesse os territórios da Península Arábica, da quase totalidade da Grande Síria e do Iraque. A linguagem usada por McMahon era em grande medida ambígua e vaga, e desde então essa correspondência suscita discussões por conta das promessas não cumpridas dos britânicos (Cleveland & Bunton, 2009: 157-8).

Destas negociações, porém, se estabeleceu de fato uma revolta árabe, que durou de junho de 1916 a outubro de 1918. Começou com um ataque a guarnição otomana estacionada na cidade de Meca e que logo depois, em setembro de 1916, consolidou o domínio árabe sobre boa parte da península arábica. Concluiu-se com a tomada de Damasco pelo emir Faisal, filho de Hüssein, em 1º de outubro de 1918. Iniciou-se em grande medida como um projeto dinástico, mas ganhou ares árabes-nacionalistas aos poucos. Iniciou-se sem ser unânime, sem ser de fato uma rebelião popular contra o Império Otomano, mas concluiu-se aplaudida pelos árabes, esperançosos de viverem seu "momento wilsoniano", de autodeterminação. Faisal imediatamente buscou estabelecer as bases de uma administração em Damasco, acreditando que agia de acordo com as promessas feitas pela Grã-Bretanha a seu pai. Estava redondamente enganado.

O fim do envolvimento otomano com a Grande Guerra se deu pouco depois da chegada de Faisal a Damasco, com a assinatura do Armistício de Mondros, que entrou em efeito em 31 de outubro de 1918, poucos dias antes do fim da guerra no *front* ocidental. Por este, o Império Otomano se rendia incondicionalmente, os estreitos se abriam totalmente, seus fortes eram passados para equipes aliadas e a passagem era facilitada para todos os navios aliados que se dirigiam para o Mar Negro para ações contra os bolcheviques no sul da Rússia. Todas as minas deveriam ser removidas e suas localizações comunicadas aos comandos aliados. Prisioneiros de guerra aliados

ou armênios, em prisões otomanas, independente de seus crimes, deveriam ser imediatamente soltos. As forças otomanas deveriam ser imediatamente desmobilizadas e rendidas, com a exceção do caso de ser sua presença necessária para manutenção da ordem pública. Os navios otomanos foram também rendidas e todos os portos abertos para navios aliados. Os aliados deveriam ser ainda autorizados a tomar fortes, estradas de ferro, estações de telefonia e de telégrafos, portos, desembarcadouros e afins. Os otomanos deveriam ainda fornecer suprimentos às forças de ocupação, sem custo, na forma de carvão, alimentos e o que mais fosse necessário. Oficiais militares e civis alemães e austríacos que estivessem no Império Otomano deveriam ser entregues aos aliados e as comunicações com as potências centrais deveriam ser interrompidas. Os aliados passavam ainda a cuidar de todo o suprimento de alimentos para a população civil otomana. Por fim, “no caso de desordem nas seis províncias armênias, os aliados se reservavam ao direito de ocupar qualquer parte destas”, com Sis, Haqin, Zeytin, e Ayintap ocupadas imediatamente.

De fato, as tropas otomanas foram desmobilizadas e os aliados ocuparam Constantinopla e outras cidades importantes. Os aliados tinham o Império Otomano em suas mãos e fizeram com este o que quiseram. As seis províncias orientais já passaram a ser chamadas de Armênia,

### **Considerações Finais**

A Primeira Guerra Mundial se mostra com um dos pontos mais marcantes de uma série de guerras que marcam o fim do Império Otomano e o nascimento da República da Turquia. Foi também então que se lançaram em grande medida as bases do Oriente Médio atual e de muitos dos seus problemas.

A Batalha de Galípoli se mostrou um fracasso retumbante ocidental frente aos otomanos e alemães, e muitas das atitudes humilhantes que sobretudo a Grã-Bretanha tomou em relação aos turcos e à ocupação de sua capital nos pós-guerra podem ser explicadas, em certa medida, por um desejo de vingança. Esta batalha também se mostrou um marco importante por desenvolver um “espírito poderoso de camaradagem, uma determinação em batalha,



e uma crescente competência militar que ajudou a criar um sentimento de nação tanto na Austrália como na Nova Zelândia” (Hart, 2013: 453). O dia 25 de abril tornou-se inclusive um feriado nacional na Austrália, inicialmente voltado para lembrar os soldados caídos na batalha de Galípoli. É amplamente comemorado na Austrália, mas também na região onde ocorreram parte dos conflitos, em território atualmente turco. Anualmente milhares de pessoas visitam o memorial e os túmulos dos soldados caídos e uma cerimônia ao nascer do sol é feita em memória dos mortos. Em 2014, 4.500 australianos passaram a data na Turquia, com muitos passando a noite na praia “para não perder a cerimônia que marcava o momento em que o primeiro tiro foi dado” (*Hürriyet*, 25/4/2014)

O “genocídio armênio”, por sua vez, marca o fim da longa e razoavelmente pacífica relação entre armênios e “turcos”. O fim da presença destes, a troca de populações posterior com os gregos e o influxo de refugiados muçulmanos dos Bálcãs e outras regiões, acabou por transformar o império multireligioso e bastante plural em um Estado em que sua população é 99% muçulmana.

As revoltas árabes marcaram, por fim, a consolidação de uma demanda árabe por uma identidade e nacionalismo próprios. A busca por uma legitimidade própria foi inicialmente apoiada pelos europeus, visando afastá-los dos “turcos”. Os árabes que se revoltaram contra os otomanos e acreditaram nas promessas britânicas e francesas, terminaram sob domínio – formal ou informal – destes. Governados por regimes fantoches ou por mandatos posteriormente sancionados pela Liga das Nações “até que fossem capazes de se tornar independentes”. Isso só foi acontecer de fato depois da Segunda Guerra Mundial.

A guerra que era para dar fim a todas as guerras, gestou no caso da “periferia árabe” do Império Otomano, uma parte considerável dos conflitos, insatisfações e frustrações que ainda estão aí.

## **BIBLIOGRAFIA**

Arý, Bülent. *Early Ottoman Diplomacy: Ad Hoc Period*. In: A. Nuri Yurdusev (ed). *Ottoman Diplomacy: Conventional or Unconventional?* Palgrave Macmillan, 2003.

CLEVELAND, William; BUNTON, Martin. *A History of the Modern Middle East*. Boulder: Westview, 2009.

DAVISON, Roderic. *Essays in Ottoman and Turkish History, 1774-1923. The impact of the West*. Austin: University of Texas Press, 1990.

FROMKIN, David. *Paz e Guerra no Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

HART, Peter. *Gallipoli*. London: Profile Books, 2013.

LEWIS, Bernard. *The Emergence of Modern Turkey*. Oxford University Press, 2001.

MCMEEKEN, Sean. *O expresso Berlim-Bagdá: O Império Otomano e a tentativa da Alemanha de conquistar o poder mundial*. Globo Livros, 2012.

ROGAN, Eugene. *Histoire des arabes de 1500 à nous jours*. Paris: Perrin, 2013.

SHAW, Stanford; SHAW, Ezel Kural. *History of Ottoman Empire and Modern Turkey*. Cambridge University Press, 1977, 2 vols.

SOCHACZEWSKI, Monique. "Otomania" na Turquia Contemporânea. In: 4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais. Belo Horizonte, 2013.

STONE, Norman. *Turkey: a short history*. London: Thames & Hudson, 2012.